

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

<https://doi.org/10.56344/2675-4398.v1n1a20202> 

Título

Por que a história importa para a democracia

Autor

John Keane

Tradução

Felipe Ziotti Narita

Ano de publicação

2020

Referência

KEANE, John. Por que a história importa para a democracia. **Transições**,
Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, 2020.

POR QUE A HISTÓRIA IMPORTA PARA A DEMOCRACIA*

WHY HISTORY MATTERS FOR DEMOCRACY

John Keane**

Resumo: Neste comentário crítico, John Keane defende, estende e reavalia o papel da história na teoria democrática por meio da articulação de sete regras metodológicas: (1) tratar a rememoração de coisas passadas como vital para o presente e o futuro da democracia; (2) encarar linguagens, personagens, eventos, instituições e efeitos da democracia como um modo de vida e de manuseio do poder profundamente históricos; (3) dedicar atenção aos modos pelos quais a narração do passado por historiadores, líderes e outros indivíduos é inevitavelmente um ato histórico e temporalmente circunscrito; (4) observar que os métodos mais adequados para a escrita sobre o passado, o presente e o futuro da democracia chamam atenção para a peculiaridade de suas próprias regras de interpretação; (5) reconhecer que, até muito recentemente, a maioria dos detalhes da história da democracia foi registrada por seus críticos; (6) notar que o tom negativo da maioria das histórias anteriores da democracia confirma a regra de que as histórias de seu passado, contadas por historiadores, costumam abarcar preconceitos dos poderosos; e (7) admitir que o papel da reflexão sobre o passado, o presente e o futuro da democracia é, por definição, uma jornada sem fim. Não pode haver uma teoria geral da democracia.

Palavras-chave: Democracia; Teoria democrática; Futuro; História; Métodos.

* Texto originalmente publicado na revista acadêmica *Democratic Theory* em 2019.

** Professor de Política na Universidade de Sidney (Austrália) e no Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (Alemanha). Responsável por inúmeras pesquisas em teoria política e em sistemas políticos contemporâneos, Keane é um dos maiores estudiosos da democracia. Autor, entre outros, de *The New Despotism* (Harvard University Press, 2020), *Power and Humility* (Cambridge University Press, 2018), *Democracy and Media Decadence* (Cambridge University Press, 2014), *The Life and Death of Democracy* (Norton, 2009), *Civil Society* (Stanford University Press, 1999) e *Reflections on Violence* (Verso, 1996). Contato: john.keane@sydney.edu.au

Abstract: In this critical commentary, John Keane defends, extends, and reasserts the role of history in democratic theory through an articulation of seven methodological rules: (1) treat the remembrance of things past as vital for democracy's present and future; (2) regard the languages, characters, events, institutions, and effects of democracy as a thoroughly historical way of life and handling of power; (3) pay close attention to the ways in which the narration of the past by historians, leaders, and others is unavoidably a time-bound, historical act; (4) see that the methods that are most suited to writing about the past, present, and future of democracy draw attention to the peculiarity of their own rules of interpretation; (5) acknowledge that, until quite recently, most details of the history of democracy have been recorded by its critics; (6) note that the negative tone of most previous histories of democracy confirms the rule that tales of its past told by historians often harbor the prejudices of the powerful; and (7) admit that the task of thinking about the past, present, and future of democracy is by definition an unending journey. There can be no Grand Theory of Democracy.

Keywords: Democracy; Democratic theory; Future; History; Methods.

Por que a história?

Narrativas sobre a iminente morte da democracia podem ser muito exageradas, mas a maioria dos estudiosos da democracia está bastante ciente das crescentes evidências globais de que as vibrantes esperanças com o futuro democrático estão atualmente desaparecendo. Os observadores atribuem a culpa aos governos descolados da sociedade, à mídia e aos políticos corruptos; eles também mencionam tribunais tendenciosos, violência policial, grandes corporações e economias em marcha lenta, que ampliam o fosso entre ricos e pobres. Os estudiosos da democracia também estão cientes de que milhões de cidadãos desafeiçoados são atraídos ao novo populismo de Rodrigo Duterte, Marine Le Pen, Andrej Babiš e outros demagogos; e essa atração não é simplesmente irracional, mas está enraizada em sentimentos plausíveis de que os cidadãos são arrastados pela insatisfação política e econômica, bem como pelo ódio, pelas promessas não cumpridas, pelas injustiças sentidas, pela desordem e pelo declínio. Os democratas estão atentos ao fato de que a desafeição pública com a democracia não é a história

toda e de que há cidadãos que permanecem otimistas e que esperam, contra a crença de que o fim da democracia não possa ser revertido, que as coisas possam melhorar uma vez auxiliadas pela mudança de governo e por reformas políticas. Pesquisas globais mostram que essas pessoas tendem a ser minoritárias, como nos Estados Unidos, a democracia mais poderosa do mundo, o Estado central de um império global, onde mais de sete entre dez cidadãos, olhando para o futuro, acreditam que o fosso entre ricos e pobres vai aumentar, que seus líderes não conseguirão resolver os maiores problemas do país e que a influência global dos Estados Unidos continuará encolhendo (KEANE, 2013; KEANE, 2018; PARKER, MORIN, HOROWITZ, 2019).

Ao menos algumas dessas profundas tendências de decadência foram antecipadas em *The Life and Death of Democracy*, meu livro de mais de mil páginas sobre a história da democracia, publicado há uma década, e que agora tem traduções em espanhol, chinês, japonês e outros idiomas (KEANE, 2009). O livro defendia novas ideias sobre democracia, destacando as raízes históricas das desilusões contemporâneas com os ideais e a substância da democracia. Pippa Norris (2011, p. 3), que até recentemente via apenas “flutuações inconsistentes” e “déficits democráticos”, estava entre os vários resenhistas que afirmaram que o tom do livro era desnecessariamente pessimista – mais morte do que vida. A verdade é que o livro estava errado em relação à esperança. Em temas como a ascensão do novo império global chinês e o estrangulamento do mercado exercido por bancos imprudentes e por instituições de crédito, o livro falhou inteiramente em compreender a gravidade das ameaças e dos desafios globais hoje enfrentados pela democracia. Apesar disso, ele foi tomado por um forte senso de que as democracias contemporâneas são ameaçadas por disfunções institucionais e por forças políticas que rejeitam – e até odeiam – sua dinâmica de compartilhamento de poder. O livro notou como essas forças – demagogos populistas, por exemplo –

falam a linguagem da democracia, ainda que se aproveitem dos inconvenientes e dos sofrimentos das vítimas. O livro também discutiu por que a arrogância e o abuso de poder estão florescendo nas democracias contemporâneas.

Ao enfatizar a vulnerabilidade das democracias, tais como na Índia, Argentina e nos Estados Unidos, *The Life and Death of Democracy* desempenhou o papel de advogado do tempo. O propósito consistia em aguçar a percepção dos leitores de que o passado é o presente e o futuro, tendo em vista convencê-los, já que o tempo do mundo mudava e cada nascer do sol levava a um novo pôr do sol, de que a história da democracia é um assunto inacabado. O livro é uma história do presente. Ele sugere aos leitores que olhem para trás a fim de ver, de maneira mais clara, a dinâmica profunda e o significado a longo prazo do que está ocorrendo. O livro pretende alertá-los de que aqueles que ignoram o passado inevitavelmente não compreendem o presente. Ele tenta persuadi-los de que os acontecimentos presentes estão conectados aos acontecimentos passados, bem como convencê-los de que o conhecimento dos acontecimentos passados pode ajudar a esclarecer visões do futuro. Neste período de turbulência e incerteza, afirmava o livro, a história realmente importa – e por diversas razões.

De maneira mais óbvia, dedicando atenção aos acontecimentos passados, *The Life and Death of Democracy* apresenta aos leitores um elenco de personagens, eventos e instituições pouco familiares, mas que exercem seu próprio charme, fascínio e relevância contemporânea. *The Life and Death of Democracy* pode ser lido como uma espécie de psicanálise que coloca a democracia no divã. Os leitores são apresentados a muitos ancestrais interessantes que eles, de outro modo, não encontrariam em suas vidas. O livro oferece novos detalhes das origens obscuras de ideias e de instituições antigas, como voto feminino, governo via assembleia pública, abolição da escravidão, voto secreto, julgamento por um júri e representação parlamentar. Os leitores curiosos

a respeito dessas e de outras instituições que hoje chamamos de democracia – partidos políticos, voto obrigatório, revisão judicial, referendos, colégios eleitorais, sociedade civil, liberdade de imprensa, experimentos de bio-democracia – encontrarão muitos assuntos de interesse aqui. O mesmo vale para aqueles leitores com um senso de admiração em relação aos mutantes e às vezes acaloradamente disputados significados de democracia, ou aos interessados nas origens de seus termos fundamentais, na cacofonia de razões conflitantes que ocorreram ao longo do tempo ou em entender por que o melhor da democracia é que ela permite aos eleitores a chance de fazer coisas estúpidas e anedotas às suas custas. Uma das melhores anedotas da democracia, disse Joseph Goebbels (Ministro da Propaganda do Reich de Hitler), é que ela dá aos seus inimigos os meios para destruí-la. Algumas páginas do livro fazem referência a essa questão. Elas mostram aos leitores que a história é menos do que um almanaque de onde extraímos inspiração, além de mostrarem como e por que várias vezes no passado as democracias tropeçaram, caíram e nunca se recuperaram. *The Life and Death of Democracy*, nesse sentido, é um tratado que serve como um detector precoce de alerta. Nietzsche certa vez observou que o pensamento deveria ter a fragrância de um campo de trigo em uma noite de verão. Mas nem sempre isso ocorre. No caso da reflexão sobre a democracia, o pensamento tem também a obrigação de fazer soar o alarme diante dos erros toscos que líderes, instituições e cidadãos cometeram no passado e que podem estar ocorrendo novamente no presente ou em um futuro próximo. No entanto, *The Life and Death of Democracy* também mostra que a história não é necessariamente uma narrativa detida sobre as catástrofes que deixam a democracia enterrada sob pilhas de escombros, como certa vez escreveu Walter Benjamin. A história não é composta apenas de epitáfios, contos de derrota e ruína de democratas perigosos registrados em prosa e em notas de rodapé. Parafraseando Voltaire, a história não é necessariamente o

som de chinelos de seda sobre o andar de cima e tamancos de madeira no de baixo. Longe de ser uma sequência de horrores, ou o pisoteamento dos perdedores no pó, a narrativa dos historiadores pode vir em defesa dos desfavorecidos. A história pode inspirar – ela pode motivar as pessoas a se prepararem para o pior a fim de que possam tirar proveito do que elas têm e do que vêm a caminho, tendo em vista a construção de um futuro democrático melhor para si próprias e para os outros.

Muito menos óbvia é a ampla e profunda razão por que a história importa para o estudo da democracia. Isso porque as forças da democracia não apenas ajudaram a produzir a história tal como a conhecemos, questionando e derrubando monarcas, tiranos, Estados corruptos e impérios inteiros. Pode também ser dito – e aqui está o paradoxo – que a democracia ajudou a tornar a história possível. Simplesmente entendida como pessoas coletivamente organizando suas próprias vidas, a democracia implicou algo que continua a ter uma marca radical: ela supôs que os humanos poderiam conscientemente inventar instituições especialmente feitas para permitir que eles decidissem por si próprios, como iguais, como eles gostariam de viver em conjunto na Terra. A coisa toda pode parecer um tanto direta, mas pense por um momento sobre o argumento. A ideia de que meros mortais poderiam se organizar como iguais em fóruns e assembleias, onde eles parariam para pensar, decidir e agir – a democracia, nesse sentido, foi uma invenção estrondosa, porque era, na verdade, a primeira forma humana de governo. Todo governo obviamente é “humano”, no simples sentido de que é criado, construído e gerenciado por seres humanos. Mas a característica excepcional do tipo de governo chamado democracia é que ele demandou que as pessoas encarassem que nada do que é humano está cravado em uma pedra, ou seja, tudo é construído sobre as areias movediças do tempo e do espaço e que, portanto, a fim de não se entregar a tiranos, monarcas e déspotas, os indivíduos deveriam estar conscientes para construir e manter modos de

vida em conjunto como pessoas iguais, abertas e flexíveis. A democracia requer que as pessoas vejam o que há por trás das falas sobre os deuses e a natureza, bem como das reivindicações de privilégios baseadas na superioridade da inteligência ou do sangue. A democracia significava a desnaturalização do poder. Ela implicava que o problema político mais importante é como prevenir o domínio por poucos ou pelos ricos e poderosos que reivindicavam ser “naturalmente” aptos ao domínio ou que agiam como se fossem deidades mortais. A democracia resolveu esse problema ao estruturar uma ordem política em que o problema de quem tem o que, quando e como deveria ser uma questão permanentemente aberta. A democracia reconhecia que, apesar de as pessoas não serem anjos ou deuses e deusas, elas eram ao menos boas o suficiente para prevenir que alguns humanos pensassem que são. O outro lado estava claro: uma vez que as pessoas não são anjos, a democracia é necessária na medida em que ninguém pode confiar em quem governa os outros. A democracia era o governo dos modestos, pelos modestos e para os modestos. Ela significava autogoverno entre os iguais e o domínio legítimo da lei da assembleia de pessoas, cujo poder soberano para decidir sobre as coisas não era mais delegado aos deuses imaginários, à força da tradição, aos déspotas ou àqueles acomodados ou simplesmente entregues aos hábitos comezinhos da preguiça, permitindo, sem pensar, que outras pessoas decidissem questões importantes.

Regras metodológicas

Ao defender a construção temporal no pensamento político sobre a democracia, *The Life and Death of Democracy* inevitavelmente teve problemas com algumas abordagens anteriores de estudo do tema. A última pessoa que tentou escrever uma ampla história da democracia foi Nahum Capen (1804-1886), um historiador, editor e autodidata polímata

norte-americano que supostamente trabalhou sobre o assunto por trinta e cinco anos. Os trabalhos de Capen foram interrompidos pela guerra civil, pelo negócio da edição e venda de livros (entre seus autores estavam Edgar Allan Poe e Nathaniel Hawthorne) e pelo profundo envolvimento em assuntos políticos do Partido Democrata. Seus planos para uma história da democracia em três volumes foram comprometidos também por um presente político de James Buchanan Jr., décimo quinto presidente dos Estados Unidos: o apontamento de Capen, em 1857, ao cargo de chefe de correios da cidade de Boston. Em função das interrupções, não chegou a ser surpresa a um de seus amigos que, apesar de Capen permanecer forte na faixa dos seus oitenta anos, “pensando vigorosamente e escrevendo, como sempre, regularmente”, ele nunca conseguiu completar o manuscrito. Apenas parte do texto foi publicada em um livro de quase setecentas páginas intitulado *The History of Democracy: or, Political Progress, Historically Illustrated, from the Earliest to the Latest Periods* (1874).

Lidando com detalhes intrigantes e especialmente marcantes em relação à história dos vínculos políticos e legais dos Estados Unidos com seus antigos dominadores britânicos, o estudo de Capen sobre a história da democracia, talvez o primeiro a ser publicado nos tempos modernos, provou ser um feito difícil de ser seguido. Mas eu senti que era necessário seguir seus passos, ainda que apenas para corrigir seu descarado viés anglo-americano. Pesquisando e escrevendo em circunstâncias históricas completamente diferentes, sob uma montanha de novos materiais de complexidade praticamente incontrolável, eu procurei realizar meu objetivo: substituir a história de Capen por uma abordagem inteiramente nova e certamente menos enviesada sobre um assunto que desde então foi expandido e se tornou, deixando de ser uma preocupação transatlântica, um tema de importância global.

A história da democracia de Capen abordou seu tema sob o prisma dos Estados Unidos do século XIX. Ela negligenciou o mundo antigo

da democracia de assembleia (e abertamente desprezava “o orgulho e a vaidade” e os “hábitos licenciosos” de Atenas). A obra de Capen silenciava sobre as complexas origens do governo representativo na Europa continental e (como característica de seu tempo) ignorava os importantes desenvolvimentos contemporâneos nas antigas colônias espanholas e em algumas partes do Império Britânico. Escrito por uma figura pública de respeito, que havia sido uma pena engajada do Partido Democrata desde pelo menos a invasão militar norte-americana no México em 1846-1848, o livro *The History of Democracy* era motivado por um forte senso de expansão do poder regional dos Estados Unidos, bem como por seu triunfo sobre as adversidades domésticas e geopolíticas, além de sua irrupção rumo a um novo mundo da democracia representativa. A preocupação central do livro era curar as feridas causadas pelos horrores da Guerra Civil. O livro buscava convencer os leitores norte-americanos de que o progresso da democracia no século XIX no mundo, especialmente seu triunfo nos Estados Unidos, era garantido pelas “sublimes verdades do cristianismo”. A democracia “não era limitada a um período, época ou nação”. Ela tinha um futuro assegurado, porque simplesmente era a expressão mundana dos feitos inescrutáveis de Deus.

Capen não estava sozinho ao pensar dessa forma. Seu contemporâneo, o aristocrata francês convertido em democrata Alexis de Tocqueville (1986, p. 1663-1664) notou, mais de uma vez, que a revolução democrática dos tempos modernos, liderada pelos eventos nos Estados Unidos, era protegida, em última instância, pelas mãos de Deus. Muitos outros declarados democratas de meados do século XIX concordavam com isso. Esse obviamente não era meu ponto de partida e rapidamente eu fiquei convencido de que o tema demandava uma reflexão fundamental sobre o que seria requerido para escrever uma nova história da democracia. Ainda que *The Life and Death of Democracy* reconheça que, em relação a instituições como o sufrágio

amplo, a mesquita e os parlamentos, a democracia tinha muito a ver com a fé das pessoas no sagrado, eu duvidava que a fé, para além da história – ou uma fuga metafísica do mundo rumo a essências eternas –, fosse a chave para entender a democracia. Rejeitei de modo igualmente firme a visão oposta, a saber, de que a história humana é um enorme quebra-cabeça para o qual não há interpretações significativas, ou que a história é um pesadelo ininteligível, cheio de dogmas e de vontade cega de poder, de modo que (como W. H. Auden e outros recomendavam) seria melhor deixá-la de lado. Eu tinha certeza de apenas uma coisa: as normas existentes de escrita sobre a democracia e sua história deveriam ser quebradas. A amnésia costumeira da ciência política dirigida por dados precisava ser alterada. Silêncios persistentes precisavam ser rompidos. Uma história de ampla escala da democracia requeria novas regras metodológicas. A primeira regra é óbvia: tratar a lembrança dos acontecimentos passados como vital para o presente e o futuro da democracia. Pouco após começar *The Life and Death of Democracy*, por uma série de razões inter-relacionadas, fiquei convencido de que a palavra “história” deveria ser colocada nos espelhos e nas portas de todos os pensadores da democracia para que servisse como uma lembrança diária de que a flecha do tempo não voa em linha reta e de que hoje e amanhã dependem de ontem. Comecei a pensar no meu projeto como um exercício de extensão dos votos a um círculo eleitoral sem voz: os mortos. A partir do espírito de envolver o passado, o livro defende um argumento que corrige o vácuo entre filosofia, política e história. Com os olhos no passado e no futuro, o livro lembra os leitores de que as coisas mundanas nunca duram para sempre – por mais teleológicos que sejam pensadores como Nahum Capen e Francis Fukuyama, a democracia, tal como a conhecemos, não tem qualquer garantia de sobrevivência. De maneira menos óbvia, o livro mostra como e por que a democracia e a história são gêmeas siamesas. O livro demonstra as diversas formas vitais pelas quais, desde o início, a

democracia efetivamente agitou a percepção das pessoas sobre a contingência histórica das relações de poder – por exemplo, mostrando que tiranos e monarcas não eram elementos necessários nos assuntos humanos, ou que opiniões dominantes poderiam ser legitimamente contestadas e alteradas (por meio de mecanismos como convenções constitucionais, revisões jurídicas e liberdade de imprensa), ou que o céu não entraria em colapso se as mulheres, os escravos e os pobres fossem tratados socialmente e politicamente como iguais aos seus antigos senhores.

O livro mostra que, para o bem do futuro, muita coisa pode ser aprendida – ou desaprendida – a partir do passado. A familiaridade com os acontecimentos passados pode indicar o que não deve ser feito no presente ou no futuro; no mínimo, pode alfinetar aqueles que denunciam a democracia como uma doença política ou que tentam emoldurá-la com guirlandas de elogios falsos, por exemplo, de como ela supostamente cura tensões sociais ou gera paz e crescimento econômico. *The Life and Death of Democracy* também procura despertar o sentimento de admiração dos leitores tendo em vista os momentos mágicos de nascimento, amadurecimento e morte da democracia. O livro recupera personagens esquecidos – indivíduos cujas palavras e feitos até hoje nos inspiram em relação à democracia. O livro também supõe que a compreensão da história da democracia nos torna mais sensíveis às novidades de nosso tempo. A fórmula de trabalho empregada pelo livro é direta: as pessoas inevitavelmente não compreendem o presente quando ignoram o passado. Em cada linha, então, o livro tenta imprimir nos leitores que o futuro da democracia depende do passado, pois ele está sempre em processo no presente, recordando o que coletivamente nós perderíamos se o mundo deixasse a democracia escorrer por suas mãos, se a deixasse murchar ou se deixasse que ela fosse assassinada por seus oponentes contemporâneos.

O livro é estruturado por uma segunda regra metodológica: observar linguagens, personagens, eventos, instituições e efeitos da democracia como implicados no tempo, como um modo de vida e um manuseio do poder profundamente históricos. A democracia não é uma substância natural, tampouco um dado divino universal. Ela é a resultante de tempos e de lugares particulares, bem como um auxiliar poderoso para que as pessoas compreendam temporalmente a qualidade de suas vidas. Essa dupla qualidade da democracia, sua dependência do tempo e seu papel como condutora da percepção das pessoas de sua própria historicidade, pode parecer óbvia; mas é impressionante o fato de que muitas pessoas ainda hoje não pensam assim a respeito da democracia. Muitos tentam ignorá-la, como se ela fosse atemporal, ou (o que implica a mesma coisa) eles a tratam como se fosse a conclusão antecipada de eventos pretéritos, como inutilmente fez Francis Fukuyama, em termos teleológicos, em *The End of History and the Last Man* (1992).

A pressuposição de que o tempo não importa e de que a democracia é um dado da ordem natural ou evolutiva, hoje, encontra tormento e desconforto em praticamente todas as chamadas democracias, mas ainda é uma concepção que tem profundo apelo nos círculos acadêmicos. Ao longo da minha carreira, encontros com acadêmicos que veem a democracia como um modo de vida histórico foram uma exceção, não a regra. Os bons trabalhos de Nadia Urbinati, Hanna Pitkin, Pierre Rosanvallon, Ashis Nandy e Jürgen Habermas estão entre essas nobres exceções. Para a grande maioria dos analistas da democracia, a história da democracia é tratada como desinteressante ou irrelevante. Vários fatores conspiraram para reforçar a ignorância dos acadêmicos a respeito do passado da democracia. A pesada dependência dos pesquisadores acadêmicos de métodos empíricos financiados pelo Estado ou por fundações, voltados para a produção de "dados", produziu uma geração inteira de amnésicos. Não é apenas uma questão de que os métodos de coleta de dados relacionados à

democracia sejam uma invenção recente (dos anos 1920) e que eles tenham entrado na pesquisa acadêmica *mainstream* apenas com clássicos norte-americanos, como o *Political Man* de Seymour Martins Lipset (1960) e o *The Civic Culture* de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), que eu usei para guiar meu primeiro escrito (uma dissertação) sobre democracia. Além da dependência de um entendimento ingênuo da “verdade”, o problema com muitos trabalhos empíricos e comparativos inspirados por aqueles livros é que o estudo da democracia fica, sobretudo, confinado ao nosso tempo e muito frequentemente a um número limitado de casos para os quais os há “dados” disponíveis. A historicidade do presente é, assim, ocultada ou encarada, de maneira superficial, como uma limitação dos dados. A amnésia acadêmica foi combinada com outros costumes da universidade: ensinar os autores “clássicos” e outros textos sobre a democracia sem olhar o contexto de origem, bem como as controvérsias acadêmicas da moda que dedicam pouca ou nenhuma atenção à sua própria situação de época (discussões sobre os méritos da “democracia participativa” e, mais recentemente, “democracia deliberativa”, “democracia agonística” e a “qualidade da democracia” são os casos em questão). O efeito combinado dessas diferentes modas e modismos produziu resultados muito estranhos: a pesquisa sobre o modo de governar e de viver a vida conhecido como democracia sofre uma dormência com o tempo e uma perda do sentimento sobre como a democracia estimula a percepção das pessoas em relação à historicidade do poder. Pensar sobre a democracia induz a uma anestesia. A paralisia ajuda a explicar por que nenhuma história abrangente da linguagem e das instituições da democracia foi experimentada durante muito tempo – e por que, no estudo acadêmico da democracia, ainda não há um trabalho sobre o assunto que seja comparável ao que foi produzido, nos outros campos das ciências sociais, por figuras como Adam Smith, Karl Marx, Émile Durkheim, Georg Simmel e Max Weber.

Regra número três: prestar detida atenção aos modos pelos quais a narração do passado pelos historiadores, líderes e outros indivíduos é inevitavelmente uma ação histórica presa ao tempo, ou seja, as considerações sobre a história das instituições, ideias, personagens, eventos e linguagens democráticas possuem uma característica irredutivelmente arbitrária e, portanto, contingente e provisória. As histórias anteriores da democracia foram intoxicadas pela crença ingênua em “fatos” sem tempo: “os fatos é que são necessários: fatos, fatos, fatos”, insistiu James Bryce no seu *Modern Democracies* (1921). Apesar de tudo que ocorreu nos campos da filosofia, da ciência e da linguística desde que Bryce escreveu aquelas palavras, muitos historiadores ainda gostam de supor que são os últimos historiadores. Eles se enxergam como anjos que gravam fatos, não como juízes de sentença. Eles imaginam que sua imparcialidade decorre do princípio de que lidam apenas com fatos, com o que de fato aconteceu, mas isso é uma falácia. Em outra oportunidade expliquei (em um comentário sobre a obra de Quentin Skinner) que não há algo como uma história imediatamente “objetiva”, baseada no passado “como ele de fato foi”. Aqueles que fingem o contrário parecem trapaceiros empenhados em enrolar as pessoas às custas dos mortos e dos não-nascidos.

Dois dos meus professores me persuadiram de que a história é sempre uma representação artificial, não uma simples reprodução dos acontecimentos passados: C. B. Macpherson (1977), que ganhou fama e dois prêmios importantes por seus esforços teóricos ao garantir um futuro para a democracia, resgatando seus defensores passados do desdém da posteridade, e o influente estudioso da hermenêutica Hans-Georg Gadamer (2013). Ambos os professores, que em nada concordaram exceto na importância do estudo da história, me inspiraram a pensar historicamente sobre os métodos utilizados pelos historiadores para chegar a um acordo com o passado. Ao longo do livro *The Life and Death of Democracy* e em trabalhos anteriores, eu adotei uma abordagem por

vezes chamada de um “diálogo com os mortos” (KEANE, 1988). Críticos a todas as correntes de escrita política analítica que confia na linguagem abstrata e em proposições formais, meus textos defendem uma história contundente do presente que resgate linguagens, personagens, eventos e instituições políticas esquecidas ou negligenciadas. A abordagem do diálogo com os mortos levou meus primeiros esforços a respirar uma nova vida junto ao velho ideal de sociedade civil, a mostrar por que formas seculares do princípio de liberdade de imprensa do cristianismo do século XVII ainda permanecem muito vivas e a demonstrar a grande relevância contemporânea da vida e dos escritos do escritor político do século XVIII Thomas Paine (KEANE, 1991; KEANE, 1995; KEANE, 1998).

The Life and Death of Democracy, de modo similar, segue o diálogo com os mortos. Ao pressupor a importância do passado para o presente e o futuro, o livro enfatiza que toda consideração sobre o passado é inelutavelmente construída por horizontes mentais e linguísticos do presente. As memórias não são um presente de espectadores imparciais. Cada época e cada historiador olham para o passado a partir de diferentes perspectivas e conjuntos de preocupações. Se é assim, então, os historiadores da democracia devem admitir estranhos, como a contingência e a humildade, em suas fileiras. Isso porque os fatos puros e simples da história política nunca são de todo simples e que, mesmo quando “fatos” aparentemente simples – nomes, datas, lugares – conquistam consenso entre os historiadores políticos, eles sempre são tão triviais que clamam por interpretações de seus significados. A ideia dos “fatos, fatos, fatos”, contrariamente a Bryce, não pode guiar o estudo da política, do pensamento político e da história. Como na vida, os fatos invariavelmente dependem de interpretações, interpretações dependem de narrações, narrações dependem de conceitos e regras de método e conceitos e regras de método são construídos por interpretações e narrações, bem como por linguagens, eventos, personagens e instituições que oferecem o material cru (“os fatos”) de

interpretações, narrações e modos de pensar sobre o poder e a política, entendidos em sentido amplo.

Há uma quarta regra: os métodos mais adequados para escrever sobre o passado, o presente e o futuro da democracia devem dedicar atenção à peculiaridade de suas próprias (e de outras) regras de interpretação. A democracia não precisa de ortodoxia nem de polícia para a memória. Afinal, se a democracia é um exercício interminável de tornar humilde o arrogante, escrever sobre sua história não deve ser diferente. Idealmente, as discussões sobre o passado, o presente e o futuro da democracia devem buscar uma abertura, por exemplo, admitindo sua ignorância, a deliberada qualidade conjectural de suas reivindicações e a grande complexidade de causas e de causadores das coisas narradas – disso decorre o reconhecimento de que o passado não pode ser totalmente dominado (como ilustra Charles Maier (1977), em suas considerações sobre o papel desempenhado por historiadores na jovem democracia da República Federal Alemã).

The Life and Death of Democracy tenta arduamente aproveitar essa regra metodológica. Com o propósito de encorajar os leitores a pensar por si mesmos e a construir suas próprias ideias sobre o assunto, o livro alterna periodicamente entre uma voz narrativa e outra e reverte a sequência temporal de eventos, de modo que ele quebra a falsa sensação de segurança promovida pela descrição linear. O livro questiona algumas unidades padrão do pensamento histórico. Ele mostra, por exemplo, que, para o entendimento das origens dos parlamentos e da política de representação, a democracia não pode ser entendida por meio de simples categorias como “antiga”, “medieval” e “moderna”. Ele coloca em questão o influente – porém empiricamente equivocado – argumento de Samuel P. Huntington (1993) de que os eventos no sul da Europa dispararam uma “terceira onda” de democracia, realçando o muito mais significativo nascimento da “democracia monitória” nos anos imediatamente posteriores a 1945. O

livro enfatiza, do começo ao fim, que a democracia possui ritmos diferentes, discordantes e entrelaçados, de modo que esforços devem ser feitos para alinhar as continuidades de longo prazo, as mudanças graduais, os momentos confusos e as repentinas convulsões que definiram sua história. A caminho do fim da história, o livro introduz um narrador ficcional, na linha da tradição da democracia de assembleia clássica: uma musa, para lembrar que imaginar o futuro é vital para relembrar o que está acontecendo no presente. Do começo ao fim, o livro dedica grande ênfase às múltiplas causas e causadores da democracia, aos segredos guardados por ela e à sua surpreendente variação no tempo e no espaço. O livro por vezes lança dúvidas sobre suas próprias certezas. Ele reconta as melhores anedotas às custas da democracia e dá voz às reivindicações de seus oponentes. Ele tenta aguçar o senso de ironia dos leitores ao dedicar atenção às consequências não-intencionais que muitas vezes originaram instituições democráticas; ele deliberadamente adota a mais ampla pluralidade possível de perspectivas sobre o assunto.

Alongar e aguçar a geografia mental de nosso entendimento da democracia é um dos principais objetivos de *The Life and Death of Democracy*. Ele foi estimulado pela profunda insatisfação com o paroquialismo de muitos escritos contemporâneos sobre a democracia. O livro mirou, por exemplo, o esforço do acadêmico inglês John Dunn (2005) de escrever uma história da palavra democracia ao passo que ignorava suas origens pré-gregas, sua sobrevivência no início do mundo muçulmano, suas primeiras redefinições nos Países Baixos, sua penetração nos países da América Hispânica durante o século XIX e sua mais recente metamorfose em contextos tão diferentes quanto o sul da África, Taiwan, Indonésia e Índia. *The Life and Death of Democracy* também mirou o influente tratamento dado no livro de David Held (2006) aos vários “modelos” de democracia, em uma volumosa narrativa convencional cujo núcleo normativo, o “princípio da autonomia”, tem

originalmente um viés liberal e individualista do século XIX, além de toda sua abordagem anglocêntrica excluir referências a muitos casos anômalos e a tendências preocupantes do passado e do presente. Na literatura sobre a democracia, esses trabalhos não são exceções. Apesar de diversos *insights* ricos, muitos trabalhos de destaque tratam o assunto como se as linguagens, as instituições e os ideais da democracia ainda fossem essencialmente fenômenos da região atlântica. Esses trabalhos comumente repetem o clichê de que a democracia nasceu em Atenas, ignoram o crescente corpo de pesquisa sobre as assembleias na antiga Síria-Mesopotâmia e, como se fosse para alimentar os preconceitos de James Bryce, Nahum Capen e Alexis de Tocqueville, permanecem em silêncio sobre as contribuições do início do mundo islâmico. A notável difusão de ideais e instituições da democracia representativa na América Hispânica e no Império Britânico é comumente ignorada, bem como a aclimação contemporânea da democracia em lugares tão diferentes como Índia, Papua Nova Guiné, África do Sul, Taiwan e China. Em uma época em que o mundo mudou a democracia e a democracia mudou o mundo, nenhuma dessas ausências é mais aceita. É por isso que *The Life and Death of Democracy* clama pelo alargamento do espaço-tempo mundial na maneira de pensar sobre a democracia. Pegando emprestada da física do século XX a ideia de retratar o tempo como uma dimensão do espaço, o livro defende uma história global da democracia, uma história que não seja mais concebida nos confins nacionais e nas fronteiras linguísticas, nem originalmente nos modos transatlânticos da vida política e do pensamento político, que falsamente reivindicam o status de universais.

A regra número cinco é igualmente importante: reconhecer que, até recentemente, muitos detalhes da história da democracia foram registrados pelos críticos ou por adversários diretos. Desde o começo, como sublinharam Nicole Loraux (2006, capítulo 4) e outros acadêmicos, os inventores da democracia foram recebidos por um silêncio frio e por

intensa animosidade. Ainda mais comum foi o tipo de abuso proveniente das páginas que chegaram até nós de seu historiador fundador: um aristocrata chamado Tucídides (c. 460-400 a. C.). Sua *História da Guerra do Peloponeso* enfatizava, vez ou outra, quão facilmente a democracia, “um governo efeminado”, poderia ser deslocado pelas realidades imutáveis do poder, da política e da guerra. Como um perdedor, que foi ele próprio exilado de Atenas após a frota naval por ele comandada (em 424 a. C.) fracassar no cumprimento da missão, Tucídides tinha alguma desconfiança em relação à democracia. Ele detestava os demagogos oportunistas e os acusava de imprudência e incompetência política. Em um mundo estruturado pelo tempo cíclico e governado pela lei de que o mais forte faz o que quer e o fraco sofre o que deve, a democracia para ele era vulnerável, irresponsável, míope, egoísta e inconstante – qualidades negativas que eram simbolizadas, para ele, pelo povo ateniense, que um dia, sob influência de demagogos, votou pela morte de todos os homens adultos e pela venda, como escravas, de mulheres e de crianças que haviam resistido ao governo imperial de Atenas – mudando de ideia apenas no dia seguinte, graças à influência de líderes mais moderados.

Até o século XX, seguindo o caminho pioneiramente traçado por Tucídides, muitos tratamentos subsequentes da vida e das épocas da democracia demonstraram profunda ambivalência em relação ao assunto. O livro *Modern Democracies*, de James Bryce, temia que as democracias parlamentares, apesar de todo o apelo moral, pudessem produzir maiorias que se comportassem, egoisticamente e de maneira autodestrutiva, como oligarquias. Um século antes, a *História da origem do governo representativo na Europa* (1820-1822), de François Guizot, atacou o “princípio democrático da soberania do povo” como uma afronta à “experiência de um mundo que sempre viu os frágeis seguindo os bravos, os incompetentes obedecendo os competentes – em uma palavra, aqueles que são naturalmente inferiores reconhecendo e se

sujeitando a seus superiores naturais” (GUIZOT, 1861, p. 70-71). Esse juízo liberal reapareceu de maneira mais forte na clássica avaliação da ascensão do governo popular pelo jurista comparativo inglês Sir Henry Sumner Maine (1822-1888). Ele concluiu que, se a democracia tivesse triunfado na Inglaterra, “não teria havido nenhuma reforma na religião, nenhuma mudança na dinastia, nenhuma tolerância à dissidência, nem mesmo um calendário preciso”, adicionando, “a máquina de debulhar, o tear, a máquina de fiar hidráulica e possivelmente o motor a vapor teriam sido proibidos” (MAINE, 1886, p. 98).

Há uma penúltima regra metodológica: a entonação negativa de muitas histórias anteriores da democracia confirma a regra de que as narrativas do passado, contadas por historiadores, políticos e outros, frequentemente abrigam os preconceitos dos poderosos. Parece estranho colocar as coisas desse modo, mas uma das lições ensinadas pela história é que aqueles que falam sobre a democracia frequentemente ensinam lições erradas. Em função de uma oposição à democracia profundamente arraigada junto a seus historiadores, qualquer história da democracia digna de nome deve começar de novo. É preciso abandonar o mau hábito de pensar que Péricles e outros críticos iniciais e inimigos da democracia foram seus primeiros aliados. É preciso também ter em mente que a democracia tem muitos imitadores e falsos amigos, que a história registrada é produzida por alguém, em um determinado tempo e lugar e para algum propósito, e que, quando um presidente ou primeiro ministro eloquentemente fala do histórico triunfo da democracia ou da necessidade histórica de sua promoção para o bem da paz, usando as armas, memória e poder podem muito bem conspirar para arruinar as inclinações da democracia. Por isso, *The Life and Death of Democracy* coloca uma questão difícil: é possível escrever sobre o passado, o presente e o futuro da democracia de maneira mais democrática, utilizando métodos que incluem mais experiências e vozes ao redor do mundo? O livro responde a essa questão por meio de um

aviso àqueles que estão interessados no passado, no presente e no futuro da democracia: a história comumente se assemelha a uma grande bolsa de truques dos vivos sobre os mortos. Se é assim, então, os pensadores que se preocupam com a democracia e tem interesse em sua história devem estar preparados para ter seus próprios preconceitos desafiados. Eles devem ousar questionar as farsas, abrir-se a conjecturas ousadas e desconhecidas, reconhecer a necessidade de trazer a democracia para a história da democracia: inicialmente concedendo um voto a eventos, instituições e pessoas cujas contribuições duradouras à democracia foram deixadas de lado e compulsoriamente esquecidas, de acordo com as regras da justiça dos vencedores, depois enterradas por seus inimigos nas valas profundas do passado.

The Life and Death of Democracy é guiado por uma sétima e última regra: as teorias da democracia não podem escapar às vicissitudes do tempo. Vale admitir que a tarefa de pensar sobre o passado, o presente e o futuro da democracia é, por definição, uma jornada sem fim. Não pode haver uma teoria geral da democracia. Pensar sobre a democracia é uma tarefa inevitavelmente marcada por uma fluidez maravilhosamente inacabada. É uma odisseia, uma aventura sem fim presa a guinadas e a giros inesperados. É uma tarefa inescapavelmente sujeita à necessidade de revisões decorrentes de novas evidências, eventos inesperados, interpretações diversas e diferentes modos de fazer história; tarefa apresentada especialmente em tempos turbulentos, como o nosso, por pessoas com pensamentos heterodoxos sobre em que medida a democracia pode estar chegando a um fim ou por que, apesar de tudo e entendida de maneira cuidadosa, a democracia permanece sendo a arma mais potente inventada pelos humanos para prevenir o abuso de poder.

Tradução: Felipe Ziotti Narita

REFERÊNCIAS

- BRYCE, James. **Modern Democracies**. New York: Macmillan, 1921.
- DUNN, John. **Setting the People Free: The Story of Democracy**. London: Atlantic Books, 2005.
- FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: Penguin, 1992.
- GADAMER, Hans Georg. **Truth and Method**. New York: Bloomsbury, 2013.
- GUIZOT, François. **History of the Origin of Representative Government in Europe**. London: Henry G. Bohn, York Street, Covent Garden, 1861.
- HELD, David. **Models of Democracy**. Cambridge: Polity, 2006.
- HUNTINGTON, Samuel P. **The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century**. Norman: University of Oklahoma Press, 1993.
- KEANE, John. "More Theses on the Philosophy of History". In: TULLY, James. **Meaning and Context: Quentin Skinner and His Critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- KEANE, John. **The Media and Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- KEANE, John. **Tom Paine: A Political Life**. London: Bloomsbury, 1995.
- KEANE, John. **Civil Society: Old Images, New Visions**. Cambridge: Polity, 1998.
- KEANE, John. **The Life and Death of Democracy**. London: Simon & Schuster, 2009.
- KEANE, John. **Democracy and Media Decadence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- KEANE, John. **Power and Humility: The Future of Monitory Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- LORAU, Nicole. "As for the Name . . . It Is Called Democracy". In: LORAU, Nicole. **The Invention of Athens: The Funeral Oration in the Classical City**. New York: Zone Books, 2006.

MACPHERSON, Crawford Brough. **The Life and Times of Liberal Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

MAIER, Charles S. **The Unmasterable Past: History, Holocaust, and German National Identity**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

MAINE, Henry Sumner. **Popular Government: Four Essays**. London: John Werran, 1886.

NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PARKER, Kim; MORIN, Rich; HOROWITZ, Juliana Menasce. **Looking to the Future, Public Sees an America in Decline on Many Fronts**. Washington: Pew Research Center, 2019.

TOCQUEVILLE, Alexis de. Correspondance étrangère d'Alexis de Tocqueville. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. **Œuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1986.